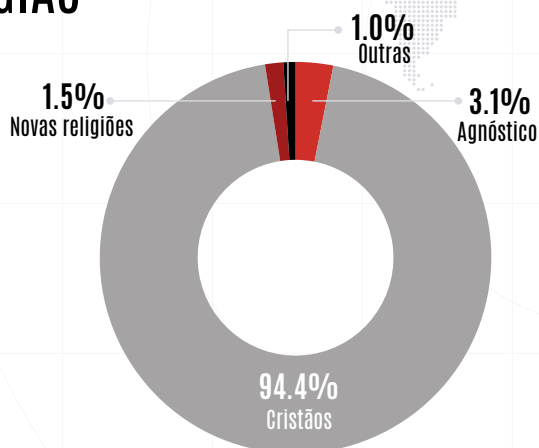




ARMÊNIA

RELIGIÃO



DISPOSIÇÕES LEGAIS EM RELAÇÃO À LIBERDADE RELIGIOSA E SUA APLICAÇÃO EFECTIVA

O artigo 41.º (n.º 1) da Constituição¹ afirma que “todos têm direito à liberdade de pensamento, consciência e religião”. E estipula que este direito “inclui a liberdade de mudar a própria religião ou crenças e a liberdade, sozinho ou em comunidade com outros, em público ou em privado, de manifestar a religião ou crenças na pregação, em cerimónias religiosas, noutros rituais de culto ou noutras formas”.

De acordo com isto, a secção 3 do artigo 41.º afirma que “todo o cidadão para quem o serviço militar contradiga a sua religião ou crenças terá o direito de o substituir por serviço alternativo na forma estipulada por lei”. Em 2018, o Governo arménio alterou a sua legislação para disponibilizar um serviço civil alternativo de duração não punitiva aos objectores de consciência.² Isto seguiu-se a anos de litígio envolvendo as Testemunhas de Jeová, especificamente em dois processos judiciais contra a Arménia na Câmara Alta do Tribunal Europeu: Bayatyan v. Arménia, em 2011,³ e Adyan e Outros v. Arménia, em 2017.⁴

O artigo 17.º (n.º 1-2) da Constituição declara que “a liberdade de actividade das organizações religiosas é ga-

rantida na República da Arménia” e que “as organizações religiosas são separadas do Estado”.

Embora o registo não seja obrigatório para grupos religiosos, sem ele não dispõem de meios legais para possuir ou alugar propriedades, bem como para realizar regularmente actividades religiosas e outras.⁵

O artigo 18.º (n.º 1-2) da Constituição reconhece a Igreja Apostólica Arménia como a Igreja nacional, destacando a “missão excepcional” que tem “na vida espiritual, desenvolvimento da cultura nacional e preservação da identidade nacional do povo da Arménia”. O mesmo artigo estipula que “a relação entre a República da Arménia e a Igreja Apostólica Arménia pode ser regulamentada por lei”.

A Igreja Apostólica Arménia tem o direito de nomear representantes em várias instituições, tais como colégios internos, hospitais, orfanatos, unidades militares e prisões. Outros grupos religiosos devem pedir permissão de acesso a estes organismos. A Igreja Apostólica Arménia é também livre de promover a sua mensagem sem interferência do Estado e contribui para os manuais escolares, formação de professores e desenvolvimento de cursos sobre a História da Igreja Arménia. Pode também fornecer instrução religiosa extracurricular em escolas públicas.⁶

A Lei da República da Arménia sobre a Liberdade de Consciência e sobre Organizações Religiosas de 1991 serve como fonte adicional de legislação relativa à liberdade religiosa no país.⁷ O artigo 3.º (n.º 7) desta lei prevê que um grupo religioso registado pode exercer os seguintes direitos: “reunir os seus fiéis à sua volta”; “satisfazer as necessidades religiosas e espirituais dos seus fiéis”; “realizar serviços religiosos, ritos e cerimónias”; “estabelecer grupos de instrução religiosa destinados à formação de membros”; “empenhar-se em estudos teológicos, religiosos, históricos e culturais”; “formar membros do clero ou para fins científicos e pedagógicos”; “obter e utilizar objectos de significado religioso”; “fazer uso dos meios de comunicação social de acordo com a lei”; “estabelecer laços com organizações religiosas de outros países”; e “envolver-se em trabalho de caridade”. A lei proíbe a proselitismo se este for além das actividades acima especificadas. A lei também dá tratamento preferencial à Igreja Apostólica Arménia, o que criou ressentimento entre outras comunidades religiosas.⁸

Em Março de 2018, o Conselho da Europa levantou estas preocupações em conformidade com os seus esforços para alinhar mais a legislação, instituições e práticas da Arménia com as normas da União Europeia em termos de direitos humanos. A avaliação do Conselho constatou que o carácter não obrigatório do registo estatal para as organizações religiosas não foi explicitamente declarado. Recomendou “assegurar que os privilégios usufruídos pela Igreja Apostólica Arménia sejam objectivamente justificados e não sejam por isso discriminatórios”.⁹

Relativamente às aulas de História da Igreja Arménia ministradas em escolas públicas, alguns grupos religiosos da sociedade civil e minorias religiosas argumentaram que o seu conteúdo discriminava as minorias religiosas. Embora a lei exija uma educação pública secular, as aulas de História da Igreja Arménia fazem parte do currículo da escola pública. Ao abrigo da legislação actual, a Igreja Apostólica da Arménia tem o direito de participar no desenvolvimento do programa de estudos. Além disso, as aulas são obrigatórias, os alunos não estão autorizados a não participar e não existem alternativas disponíveis para as outras religiões ou para quem não tem nenhuma religião.¹⁰

INCIDENTES E EVOLUÇÃO

Em Junho de 2018, o grupo de iniciativa Nova Arménia,

Novo Patriarca, que inclui activistas seculares e dois antigos membros do clero da Igreja Apostólica Arménia, apelou à demissão de Catholicos Karekin II, Patriarca Supremo de todos os Arménios. No âmbito do seu protesto, o grupo bloqueou o veículo do patriarca no complexo do mosteiro Gndevank na região de Vayots Dzor, insultando-o e ameaçando trancá-lo no mosteiro.

O primeiro-ministro Pashinyan considerou a questão um assunto interno da Igreja e instou as partes a encontrarem uma solução por si próprias, mas pediu à polícia que examinasse o incidente. A polícia não apresentou queixa porque não havia qualquer ameaça à vida do patriarca. Num outro incidente, contudo, o mesmo grupo de activistas invadiu a residência privada do patriarca. Neste caso, os agentes dispersaram os manifestantes após três dias de protesto. Subsequentemente, o protesto foi transferido para o centro de Yerevan.¹¹

Edward Manasyan, um membro proeminente da comunidade bahá'í, foi detido em Dezembro de 2017, tendo ficado na prisão até Julho de 2018, altura em que foi libertado sob fiança.¹²

Cerca de 35 mil yazidis vivem actualmente na Arménia,¹³ muitos deles refugiados do Iraque. Desde Janeiro de 2016, o Governo arménio contribuiu com 85.000 euros para o ACNUR para apoiar a sua transferência de Sinjar, no norte do Iraque, para a Arménia.¹⁴

Em Setembro de 2019, uma segunda casa de culto yazidi foi formalmente aberta na Arménia, o templo de Malek Taus e dos Sete Anjos em Aknalich. Muitos yazidis permanecem à margem da sociedade arménia.¹⁵ Independentemente da objecção dos pais, todas as crianças yazidi que frequentam escolas mistas devem frequentar aulas de religião cristã.¹⁶

Sendo um país etnicamente diverso, a Arménia tem tido uma profunda ligação histórica ao Judaísmo. O país acolhe cerca de 500 judeus, quase inteiramente concentrados em Yerevan, onde funciona a única sinagoga da Arménia. As crianças podem frequentar aulas de religião e ter um coro chamado Keshet. Os Judeus da Arménia podem praticar livremente o Judaísmo e viver em relativa segurança, apesar de algumas queixas de anti-semitismo.¹⁷ Contudo, em Janeiro de 2020, a chefe da comunidade judaica na Arménia, Rima Varzhapetyan-Feller, disse estar “confiante de que na Arménia nunca houve e não pode haver manifestações de anti-semitismo”.¹⁸

A pandemia da COVID-19 chegou à Arménia em Março

de 2020 e ainda havia um grande surto no final do ano.¹⁹ No seu início, Catholicos Karekin II emitiu uma declaração com sete normas para prevenir a propagação do vírus durante os cultos religiosos. E ordenou que todas as celebrações religiosas fossem realizadas à porta fechada sem a participação dos fiéis e, se possível, transmitidas online. Os casamentos foram suspensos e foi recomendada a limitação do número de pessoas nos funerais.

Na altura em que escrevemos, não havia fim à vista para o conflito entre o Azerbaijão e a Arménia sobre o território disputado de Nagorno-Karabakh. Apesar dos acordos de cessar-fogo anteriores, as tensões voltaram a aumentar no início de Outubro de 2020, com novos combates e milhares de mortos.²⁰

Neste mesmo mês, a Catedral do Santo Salvador (Ghazanchetsots) do séc. XIX em Shusha, um local emblemático da Igreja Apostólica Arménia, foi bombardeada e parcialmente danificada.²¹

PERSPECTIVAS PARA A LIBERDADE RELIGIOSA

O destaque oficial da Igreja Apostólica Arménia no país tem suscitado preocupações sobre a liberdade religiosa. Após a revolução arménia de 2018 liderada pelo actual primeiro-ministro Nikol Pashinyan, surgiu uma vontade geral de haver maior inclusão e acolhimento das minorias religiosas perseguidas.

Espera-se que o Plano de Acção do Conselho da Europa para a Arménia 2019-2022 sirva como instrumento estratégico para alinhar a legislação, instituições e práticas do país com as normas da União Europeia em termos de direitos humanos, Estado de direito e democracia, o que inclui a liberdade religiosa.

Vários partidos políticos arménios de todo o espectro ideológico estão empenhados em promover a consolidação democrática no interesse do povo Arménio, que se espera que o Plano de Acção apoie.

Outros motivos de optimismo foram apresentados em Outubro de 2019, quando a Arménia ganhou um lugar no Conselho de Direitos Humanos da ONU para o período de 2020-2022, aprovado por 144 países. Olhando para o futuro, isto poderá servir como uma oportunidade para aumentar os esforços para assegurar o respeito pela liberdade religiosa ou de crença na Arménia. Nas palavras do primeiro-ministro Nikol Pashinyan, a eleição é “um sinal de confiança da comunidade internacional, especialmente no campo dos direitos humanos”.²²

No entanto, à data da redacção deste relatório, subsistem preocupações relativamente ao conflito com o Azerbaijão e às consequências que este poderá ter para a estabilidade da região e, consequentemente, para os direitos humanos.

- 1 Armenia 1995 (rev. 2015), Constitute Project, https://www.constituteproject.org/constitution/Armenia_2015?lang=en (acedido a 14 de Fevereiro de 2021).
- 2 “How Armenia came to recognize the right to conscientious objection”, Testemunhas de Jeová, Assembleia Nacional da República da Arménia, 15 de Fevereiro de 2018, <https://www.jw.org/en/news/legal/by-region/armenia/recognize-right-to-conscientious-objection/> (acedido a 8 de Março de 2020)
- 3 “Bayatyan v. Armenia”, Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, Liberdade de Consciência e Religião, <https://www.strasbourgconsortium.org/portal.case.php?pagel=10#casel=340> (acedido a 9 de Março de 2020)
- 4 “Adyan and Others v. Armenia”, Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, Liberdade de Consciência e Religião, <https://www.strasbourgconsortium.org/portal.case.php?pagel=10#casel=1415> (acedido a 9 de Março de 2020)
- 5 Gabinete para a Liberdade Religiosa Internacional, “Armenia”, 2019 Report on International Religious Freedom, Departamento de Estado Norte-Americano, <https://www.state.gov/reports/2019-report-on-international-religious-freedom/armenia/> (acedido a 14 de Fevereiro de 2021).
- 6 Ibid.
- 7 “Law of the Republic of Armenia on the Freedom of Conscience and on Religious Organizations”, Assembleia Nacional da República da Arménia, <http://www.parliament.am/legislation.php?sel=show&ID=2041&lang=eng> (acedido a 6 de Março de 2020).
- 8 “The Law of the Republic of Armenia Regarding the Relationship Between The Republic of Armenia and the Holy Apostolic Armenian Church”, The Armenian Church, <https://www.armenianchurch.org/index.jsp?sid=3&nid=724&y=2007&m=4&d=5&lng=en> (acedido a 14 de Fevereiro de 2021).
- 9 “Council of Europe: ‘New draft law on freedom of conscience and religious organisations in Armenia is an improvement, but concerns remain’”, Hetq Online, 9 de Março de 2018, <https://hetq.am/en/article/86710> (acedido a 14 de Fevereiro de 2021).
- 10 “Armenia”, The Freedom of Thought Report 2018, The Humanists, 10 de Novembro de 2016, <https://fot.humanists.international/countries/asia-western-asia/armenia/> (acedido a 10 de Março de 2020).
- 11 Gabinete para a Liberdade Religiosa Internacional, op. cit.
- 12 Ibid.
- 13 “Armenia”, Religious Freedom Report 2018, Ajuda à Igreja que Sofre, <https://religious-freedom-report.org/report/?report=148> (acedido a 9 de Março de 2020).
- 14 Ibid.
- 15 Raffi Elliott, “Yezidi temple opening in Armenian town a symbol of inclusion, cultural preservation”, The Armenian Weekly, 2 de Outubro de 2019, <https://armenianweekly.com/2019/10/02/yezidi-temple-opening-in-armenian-town-a-symbol-of-inclusion-cultural-preservation/> (acedido a 6 de Março de 2020).
- 16 Gabinete para a Liberdade Religiosa Internacional, op. cit.
- 17 “Armenia”, World Jewish Congress, <https://www.worldjewishcongress.org/en/about/communities/AM> (acedido a 9 de Março de 2020).
- 18 “There is no and has never been Antisemitism in Armenia – head of Jewish community in Armenia”, Armen Press, 24 de Janeiro de 2020, <https://armenpress.am/eng/news/1002603.html> (acedido a 10 de Março de 2020).
- 19 “The Exhortation of the Catholicos of All Armenians Regarding the Coronavirus Pandemic”, The Armenian Church, Março de 2020, <https://www.armenianchurch.org/index.jsp?sid=1&id=31227&pid=16772> (acedido a 14 de Fevereiro de 2021).
- 20 “Nagorno-Karabakh profile”, BBC News, 18 de Novembro de 2020, <https://www.bbc.com/news/world-europe-18270325> (acedido a 14 de Fevereiro de 2021).
- 21 “Nagorno-Karabakh: Armenia claims cathedral hit by Azerbaijan shelling”, Deutsche Welle, 8 de Outubro de 2020, <https://www.dw.com/en/nagorno-karabakh-armenia-claims-cathedral-hit-by-azerbaijan-shelling/a-55209042> (acedido a 14 de Fevereiro de 2021).
- 22 “Armenia joins UNHRC”, Caucasian Knot, 18 de Outubro de 2019, <https://www.eng.kavkaz-uzel.eu/articles/48811/> (acedido a 9 de Março de 2020).